

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A compreensão de policiais militares da condição de estudante e a prevenção de delito na cidade de Araraquara -SP.

Brunetta, Antonio Alberto.

Cita:

Brunetta, Antonio Alberto (2009). *A compreensão de policiais militares da condição de estudante e a prevenção de delito na cidade de Araraquara -SP. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/282>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A compreensão de policiais militares da condição de estudante e a prevenção de delito na cidade de Araraquara –SP. ¹

BRUNETTA, Antonio Alberto. ²

RESUMO: A Polícia Militar é responsável pela prática de policiamento ostensivo em todo o perímetro urbano das cidades brasileiras. Recebe a informação sobre o caráter dessa atuação e sobre o perfil do que é definido por lei como prática delituosa pela via institucional, porém enfrenta situações que excedem estas referências. São essas informações que definem uma parcela significativa de seu perfil profissional. Mas sua consciência deveria decorrer de um outro horizonte de experiências cívicas, políticas e culturais, tendo como referências as experiências populares e comunitárias, como origem. Um dos desafios da formação dos policiais militares é a compreensão do caráter dos grupos comunitários que atuam em projetos de segurança e que se constituem também por jovens estudantes. A compreensão de policiais militares da condição de estudante e a prevenção de delito na cidade de Araraquara é o foco deste estudo. Foram realizadas entrevistas em

¹ Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa intitulada “Avaliação de experiências de prevenção de delito na cidade de Araraquara”, coordenada pelo Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava (PPGS-FCLAR-UNESP).

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, da Universidade Estadual Paulista – Julio de Mesquita Filho – UNESP. E-mail: albertobrunetta@uol.com.br

profundidade com praças da Polícia Militar que atuam em programas de prevenção, com objetivo de configurar suas identidades e o trabalho da corporação diante de programas de prevenção de delito (Programa Educacional de Resistência à Drogas e a Violência- PROERD; Jovens Construindo a Cidadania – JCC) e voltada à segurança urbana comunitária, especialmente relacionada à compreensão desses policiais sobre o que são os estudantes.

1. INTRODUÇÃO

As instituições responsáveis pela segurança pública, em especial a polícia militar, são histórica e sistematicamente questionadas quanto à eficiência de seu trabalho e a adequação das formas como o realiza. Somente a partir da década de 1990 ocorreu uma modificação no sistema de policiamento brasileiro com relação ao tipo e à organização de suas tarefas.

Neste contexto foram criados programas de policiamento identificados como: comunitário, solidário, interativo, cidadão, democrático e preventivo, mas que não se constituem em experiências alternativas, considerando que objetivam, principalmente, descaracterizar a polícia militar como agente de repressão e reconfigurar sua imagem em relação às suas práticas de policiamento, investigação e abordagem.

As forças policiais permanecem convictas de que o uso da força é indispensável e, em momento algum, se vêem capacitadas a superá-la. Neste sentido, são muitos e significativos os registros da imprensa e de pesquisas acadêmicas sobre violência policial, comprovando a permanência de práticas truculentas. Todavia, o que se pretende com esta pesquisa é avaliar, preliminarmente, as possibilidades de as práticas de prevenção de delito se constituírem em políticas alternativas.

Agindo reativa ou proativamente, os policiais estão subordinados às normas da corporação que visam “endurecer o policial” limitando-o para consigo mesmo e preparando-o para experiências de confronto e risco; e só muito recentemente os novos contingentes da polícia militar têm recebido nos cursos de formação conteúdos relacionados às práticas não-repressivas.

Assim, o anacronismo da ação policial configura-se na distinção entre a perpetuação das exigências da hierarquia da corporação e a renovação das expectativas da comunidade. Esta condição contemporânea da polícia - que não é mais “polícia de Estado” ou “polícia política” e que

não consegue ser “polícia democrática” ou “polícia cidadã” – a inscreve em um cenário que exige uma análise que considere novas referências na composição do universo subjetivo desses policiais, no intuito de fomentar nestes uma perspectiva efetivamente democrática.

2. O POLICIAMENTO E OS JOVENS POLÍCIAS DE ARARAQUARA

O 13º Batalhão de Policiamento do Interior da Polícia Militar do Estado de São Paulo (13º BPMI-PM-SP) organiza-se em quatro Companhias de Policiamento. Com sede na cidade de Araraquara, o 13º BPMI-SP é responsável pelo policiamento em uma região formada por 19 municípios (Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Candido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiju) cuja área territorial total é de 7.234 Km² e a população total é de 561.675 habitantes. Para a totalidade de suas atividades (policiamento e administração). A Polícia Militar conta com um efetivo total fixado de 718 policiais, frente a um efetivo existente de 652 policiais, há um déficit de 66 policiais e uma média de 1 policial para cada 860 habitantes, condição aquém das definidas pelas organismos internacionais, 1/500. Desse conjunto de policiais militares 61 têm menos de 31 anos de idade; 123 se dedicam as atividades administrativas e 529 ao policiamento. Araraquara é uma cidade média do interior do Estado de São Paulo, com população estimada, em 2008, de 182.471 habitantes e do total do efetivo existente, a cidade conta com 321 policiais, dos quais 223 atuam exclusivamente no policiamento e 98 atuam em atividades administrativas, desses 18 possuem menos de 31 anos de idade.

Nesta pesquisa, foram entrevistados, preliminarmente, jovens policiais, homens e mulheres, do 13º BPMI-SP com idade aproximada de trinta anos e dez anos de trabalho na polícia, que realizam atividades de policiamento comunitário e atividades ostensivas. Procurou-se identificar a compreensão policial sobre os estudantes e sobre a prevenção de delito.

Analisando as respostas, consideramos que a influência da hierarquia seja a mesma sobre cada um dos policiais, pois possuem a mesma patente (soldado). Sendo assim, acreditamos que as variações de resposta dependam das convicções individuais frente às determinações hierarquizadas da corporação o que exige que a pesquisa sociológica realize uma travessia pelo caminho da experiência cotidiana individual.

3. MUDANÇA SEM TRANSFORMAÇÃO

Na última década, a interação entre as patentes no interior das corporações policiais tornou-se ligeiramente mais flexível. Desde as simples comunicações entre seus integrantes, até o diálogo entre o “comando” e os “praças”, as relações tornaram-se menos formais, o que não significa que o poder de deliberação tenha deixado de se concentrar.

Frente a forte hierarquização das relações de natureza militar do trabalho policial, mas considerando os policiais entrevistados como sujeitos dotados de interesses, necessidades, valores, vontades e antagonismos, é que se confirma a coerência da utilização da noção de subjetividade, pois a compreensão dos impasses dessa relação e das contradições produzidas demanda a aproximação com o universo subjetivo desses policiais, que se encontram, por vezes, confinados às normatizações impositivas e truculentas oriundas da própria polícia. Entretanto, tais imposições, mesmo que violentas, não podem ser consideradas como determinantes do que se realiza no trabalho da polícia, pois as relações a que se referem os conceitos sociológicos podem objetivar também a interdependência e a incessante mobilidade.

A subjetividade é tomada como referência conceitual neste trabalho, apresentando-se como universo de referências mínimas para se pensar a sociedade, o que corresponderia ao tratamento dos policiais como sujeitos da realidade que se pretende compreender a partir da perspectiva intersubjetiva, que considera o ‘conhecimento como relação social’ (CARIA, 2003).

Neste trabalho é defendida a idéia de que tal referência se define pelos próprios sujeitos do conhecimento na medida em que, por meio de suas relações, forem capazes de identificar os interesses que são colocados em jogo e são enfrentamentos suscitados pela dinâmica de suas experiências cotidianas.

O trabalho policial, principalmente o comunitário, analisado sob a perspectiva de seus membros mais expostos ao contato direto com o público (soldados, cabos e sargentos), contribui para que se evidencie o sentido inverso da produção da ordem e ações da polícia, à medida que, esses policiais tomam como referência suas experiências presentes e seus valores específicos, tornando-se agentes de mudanças. Portanto, alteram aquelas condições objetivas de confinamento, que supostamente os formava.

Seria lícito o questionamento acerca da efetiva conquista de condições democráticas no policiamento comunitário, quando se confronta essa possibilidade com os conceitos de

“panoptismo” e de “sociedade disciplinar” (FOUCAULT, 1985; 2002). Na análise de Foucault a maior transparência nas relações sociais e na construção de saberes especializados, constituem-se num acréscimo de controle e não de liberdade. Articula-se com o ganho de transparência em relações democráticas o equivalente em disciplina, o que atenderia aos interesses conservadores da polícia do tipo tradicional, sem negligenciar as demandas relativas à ordem democrática próprias ao paradigma da nova polícia.

Neste sentido é que se afirma a relevância de se investigar as mudanças ocorridas na polícia, especialmente aquelas que se pretendem democráticas e que concretamente são promovidas por meio da aproximação com a comunidade dos bairros. Entretanto, apresenta-se a necessidade de superar a perspectiva opressiva do controle e da vigilância tendo em vista o reconhecimento de sujeitos coletivos de direitos, nos termos constitucionais brasileiros.

4. SUPERAR AS NORMAS PARA PREVENIR O DELITO?

Ao mesmo tempo que os policiais afirmam que a formação que receberam em seus cursos básicos é suficiente, consideram que existem obstáculos à concretização do que foi aprendido, principalmente em razão da falta de efetivo para a aplicação dos programas de prevenção. Também quanto ao reconhecimento da corporação e da população, pois afirmam que a população e o conjunto da corporação não são suficientemente informados sobre as atividades de prevenção, capacitando-se desta maneira para trabalharem em conjunto com a polícia na prevenção.

Todos os policiais comunitários dividem sua rotina de trabalho entre atividades de preventivas e ostensivas, embora alguns não considerem positiva a combinação dessas atividades. A partir das respostas é possível verificar a existência de identidades que se referenciam de modo diferenciado diante de uma orientação única da corporação.

Nos depoimentos dos policiais merece destaque indefinição quanto ao que deve ser o policial que realiza práticas de policiamento ostensivo e preventivo, por vezes simultaneamente, como é o caso daqueles que realizam a Ronda Escola (RE). Enquanto alguns afirmam que, depois de terem passado pelo policiamento comunitário não conseguem mais serem duros, nem mesmo no policiamento ostensivo, inversamente outros acreditam que mesmo no policiamento comunitário existe a necessidade de serem firmes. Entretanto, todos afirmaram que as motivações para o ingresso na polícia orientam-se pelo desejo de combate ao crime: *“Pelo fato do policial entrar jovem ele tem sempre aquele filme da Swat na mente”*. Concomitantemente, os policiais afirmam que a

opção pelas atividades de prevenção derivou da tomada de consciência dos resultados desses programas.

Quando questionados sobre os estudantes e os jovens como grupo relevante na sociedade, corroboram com a visão segundo a qual prevalece a ausência de sentido para as novas gerações. Consideram também que há uma tendência à liberação dos comportamentos que contribui para a perda de sentido dos jovens. Atribuem à família a responsabilidade tanto na origem, como na possibilidade de reversão desta condição. Valores como altruísmo, civismo, filantropismo, foram citados como os pilares para a transformação do jovem, porém essa prática só se transformará em valor se puder ser partilhada entre os próprios jovens: *“A melhor forma de falar com o jovem é por outro jovem para falar com ele”*.

Ao realizarem as atividades de prevenção e poderem se aproximar das histórias de vida de jovens estudantes, dizem ter adquirido a consciência de que muitas vezes o autor de delito também é vítima: *“As vezes você fala: peguei o agressor! Mas aí você começa a conhecer a história, você vê a história, quem é a mãe, quem é o pai, aí você vê que ele também é vítima”*.

Parece emergir junto a essa consciência a perspectiva a partir da qual o policial passa a considerar, com especial atenção, o jovem estudante: *“A condição de estudante merece um tratamento diferenciado não só da polícia”*; considerando que o padrão de abordagem para qualquer atividade e qualquer grupo deva estar circunscrito no âmbito do respeito à vida.

O jovem estudante, autor de delito, figura na visão desses policiais como um infrator “comum”, porém sobre condições especiais, ou seja, sem uma responsabilidade integral pelo seu delito, tendo em vista estar ainda em processo de formação, que por vezes é marcado por fortes influências negativas (pais traficantes, assaltantes e prostitutas).

Chama a atenção o consenso dos policiais em afirmar que para alguns casos, independentemente das justificações em relação à influência que o jovem recebeu para se tornar autor de delito, o fato de considerarem que alguns deles são “incorrigíveis”. É possível então perceber a existência de uma ambigüidade articuladora para a compreensão do policial, Eles se apóiam em referências históricas, sociais e democráticas, mas também em referências biologizantes, psicologizantes e liberais, clássicas da ordem político-jurídica.

A autonomia aparente dessa visão plural flutuante do policial sobre seu trabalho e sobre os grupos com os quais se relaciona, não coincide com a maneira como ele se vê inserido na estrutura

da corporação. Em seus depoimentos afirmam ser obrigados a cumprir as normas e responder pelas ações que tomam ou deixam de tomar. Esta orientação é tão forte e tão presente na ação dos policiais, que não lhes permite refletir sobre o delito na ocasião da abordagem, não apenas pela urgência da ocorrência policial, mas porque as noções de “cumprimento do dever” e “responsabilidade penal” já foram profundamente incorporadas por eles, tornando suas práticas mecânicas: *“Quando visualizamos a infração a gente age quase que no automático”*.

As vivências desses policiais em suas atividades de prevenção constituem-se, predominantemente, em alicerce para a continuidade do trabalho e não para o seu questionamento crítico, no limite para justificar o argumento de que *“alguns jovens são muito rebeldes, para esses não tem jeito”*, isto se verifica quando os fatos positivos (mudança de comportamento de um jovem que passou a integrar um programa) são mais lembrados que os acontecimentos negativos (a autuação de um jovem que após ter participado de um programa preventivo).

Os policiais admitem que os resultados do policiamento preventivo serão mais expressivos se forem aplicados com maior frequência e por mais tempo (mais aulas e mais séries), para que a convivência de crianças, adolescentes e jovens estudantes com o policial seja contínua. Contudo, permanece uma ambigüidade na visão dos policiais acerca dos resultados do Proerd: para eles o programa consegue informar a criança, mas esta informação esvazia-se de sua função formativa à medida que as crianças informadas se tornarão isoladamente responsáveis: *“As crianças gravam tudo que ouvirem no Proerd. Se amanhã ele decidir que isso não é bom pra ele, mas ele teve esse conhecimento, vai ser um problema exclusivamente dele, ele não vai poder dizer que nunca disseram para ele que aquilo (droga) não era bom”*.

Diante dos índices de reincidência na prática do delito por jovens estudantes que participaram de programas de prevenção da polícia militar, faz-se necessário considerar que a reincidência passa a figurar como um novo momento da prevenção: a prevenção da reincidência não tem sido promovida por instituições que atuam com o jovem na sua capacitação para o trabalho, pois o trabalho tem um caráter mais punitivo que formador. Também é importante destacar o consenso dos policiais quanto a inoperância dessas instituições, o que implica na descrença sobre a viabilidade de penas alternativas para jovens estudantes reincidentes.

Os depoimentos dos policiais militares apontam ainda para diferentes compreensões sobre o sentido da prática policial: estes sentidos podem ser sintetizados nas seguintes binômios: **austeridade-sacerdócio; militarismo-técnica; esperança-personalidade**. Estes perfis de compreensão reafirmam a existência de um pacto silencioso sob o qual a prática da prevenção de

delito fica impossibilitada de constituir-se em política, mesmo no âmbito de um grupo aparentemente coeso, como se mostra a Polícia Militar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar o poder de polícia numa sociedade democrática é uma tarefa que demanda o restabelecimento de utopias que foram abandonadas num passado muito recente e, ao mesmo tempo, um consenso crítico acerca das distopias ainda presentes na sociedade brasileira.

Considerar a polícia meramente como instituição, significa desconsiderar um universo dinâmico e complexo de construções intersubjetivas entre seus sujeitos, e entre eles e o restante da sociedade. Neste sentido, reconhecer os policiais militares como sujeitos, significa considerar que eles, reflexivamente, produzem também a própria ordem de coisas às quais são submetidos, ou seja, a condição do policial comunitário manifesta-se em um contexto não somente de reprodução de uma ordem repressora, mas também, e principalmente, em um ambiente de indeterminação. Os policias são produtores e reprodutores de condições de repressão para si próprios, talvez equivalentes ao que eles produzem para a sociedade civil.

As imposições da hierarquia da polícia militar, mesmo que violentas, não podem ser consideradas como determinantes do que se realiza no trabalho da polícia, pois as relações a que se referem os conceitos sociológicos podem objetivar também a interdependência e a incessante mobilidade.

Reafirma-se aqui a necessidade de compreender os sujeitos da ação policial, não exclusivamente como reprodutores do sistema de dominação o qual se pretende superar, mas como destinatários de um tratamento que os considere como referência de interlocução, no sentido de que eles também se vejam capazes de tomar outros grupos sociais como referência de seu trabalho.

Independentemente das posições explicitamente mais ou menos truculentas, é comum nos depoimentos dos policiais uma responsabilização do indivíduo policial simultânea à crítica a carência de recursos na polícia e em outros órgãos estatais (presídios e escolas). Revelam-se aspectos cruciais de uma análise que se propõe reflexiva: se de um lado a autonomia do policial é o que garante a possibilidade de mudança na base das ações da instituição como um todo, por outro lado reproduz-se nessa autonomia do policial o discurso liberal que responsabiliza integralmente os indivíduos isoladamente pela mudança positiva, mas principalmente pelos fracassos de sua ação.

6. Referências

- CARIA, T. (org) *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.